

REDE DE COLABORAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO

ELIANE ALVES DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

SÉRGIO NOGUEIRA DO NASCIMENTO

UNIR-UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

MARILUCE PAES DE SOUZA

UNIR-UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

EUGENIO AVILA PEDROZO

TANIA NUNES DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

REDE DE COLABORAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO

1 INTRODUÇÃO

A demanda agrícola para alimentar uma população continuará a crescer nos próximos anos, colocando pressão adicional sobre a terra disponível e outros recursos naturais. As práticas atuais estão minando a ecologia do sistema alimentar global por meio do uso excessivo e dos efeitos da poluição agrícola, aumentando assim a degradação, reduzindo a capacidade do ecossistema para gerar rendimentos sustentáveis. A intensificação agrícola sustentável pode ser a resposta para uma maior segurança alimentar, proteção ambiental e redução da pobreza (FAO, 2011; IFAD, 2013).

Vale ressaltar que pequenos proprietários gerenciam mais de 80% das 500 milhões de pequenas propriedades estimadas no mundo e fornecem mais de 80% dos alimentos consumidos em grande parte do mundo em desenvolvimento, contribuindo significativamente para a redução da pobreza e a segurança alimentar. A fragmentação crescente das propriedades da terra, juntamente com a redução do apoio ao investimento e a marginalização de pequenas propriedades agrícolas na política econômica e de desenvolvimento, ameaça essa contribuição, deixando muitos pequenos proprietários vulneráveis (FAO, 2011; IFAD, 2013).

A intensificação agrícola sustentável pode ser a resposta para uma maior segurança alimentar, proteção ambiental e redução da pobreza. Com sua imensa experiência coletiva e conhecimento íntimo das condições locais, os pequenos proprietários detêm muitas das soluções práticas que podem ajudar a colocar a agricultura em uma base mais sustentável e equitativa. Para fazer isso, eles precisam de ajuda para superar as falhas do mercado e outros desincentivos ao uso sustentável da terra, incluindo a posse insegura da terra, altos custos de transação e fraco apoio institucional (FAO, 2011; IFAD, 2013; Lélé, 1991; Sachs, 1992).

Há necessidade de se desenvolver uma economia alternativa onde a exploração pode ser evitada, novas perspectivas de ocupação produtiva e reforçar trajetórias de inclusão social e conservação ambiental. Um cenário alternativo e desejado, que contemple um “novo modelo de desenvolvimento” para a Amazônia, com interação sistêmica entre atores e instituições para alcançar objetivos de crescimento, inovação, competitividade, equidade e sustentabilidade. Com base nessa contextualização, a presente pesquisa, tem por objetivo compreender a construção da rede de colaboração da agricultura familiar no município de Porto Velho. Sob este prisma a política agrícola, baseada no pequeno produtor, deverá prever a solução das questões técnicas surgidas ao nível da produção propriamente dita, da circulação, da distribuição e do consumo, da produção, prevendo igualmente, a organização dessa população visando sua efetiva integração social produtiva tendo como condição inicial (Castro, 1996).

Fica claro, que para que ocorra essas mudanças se deve investigar o aspecto social. Neste sentido, mostra-se pertinente buscar teorias que possam contribuir para o avanço dos estudos na área. Sendo assim, este estudo utiliza-se da Teoria Ator-Rede (TAR) para compreensão da construção da rede de colaboração da agricultura familiar no município de Porto Velho. Esta teoria traz contribuições importantes para os estudos na área, por se tratar de uma abordagem que propõe uma modificação em relação ao que se entende por “social”, avançando-se para uma sociologia de associações, onde humanos e não-humanos tem poder de agência. Para tanto, utilizou-se como base os trabalhos de Latour, Callon e Law como os precursores e principais estudiosos no campo desta teoria (Tonelli, 2016; Alcadipani & Turetta, 2009; Peci & Alcadipani, 2006; Arendt, 2009; Cavalcanti & Alcadipani, 2013).

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso intrínseco descritivo. Por meio de entrevistas não estruturadas foram entrevistados 4 cooperados na Cooperativa de Produtos e

Serviços Agrícolas de Agricultores Familiares do Estado de Rondônia (COPAFARO), 1 produtora filiada a uma associação no setor chacareiro, 2 técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER – RO), 1 representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGRIC) e 1 representante da equipe da Divisão de Alimentação Escolar (DIALE), alocada na Secretaria de Educação do Município de Porto Velho (SEMED).

Este artigo está organizado com referencial teórico, apresentando tópicos a Teoria Ator-Rede, e principais políticas públicas para agricultura familiar. Em seguida, se aborda a metodologia. Logo após os resultados e discussões. E por fim, apresenta-se as conclusões e observações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria Ator-Rede

A Teoria Ator-Rede (TAR) teve início nas obras de Latour (1988), Callon (1986) e Law (1992). Segundo Alcadipani e Tureta (2009), a TAR se diferencia das demais teorias organizacionais, tendo como principais características: 1) ser ontologicamente relativista, pois considera que o mundo pode ser organizado de muitas formas diferentes, não devendo ser assumido a priori um modelo de análise que defina o que e quais são os elementos a serem observados no campo, considerando que a realidade é algo construído por meio de práticas e relações; 2) ser empiricamente realista, exigindo a realização de estudos empíricos, pois considera possível analisar redes de atores que desempenham práticas e processos, mesmo que, em um primeiro momento, seja difícil saber o que/quem faz as coisas acontecerem ou as pessoas agirem. Sendo assim, há uma maior ênfase nos processos do que numa visão estática e objetiva da realidade; 3) incluir elementos não-humanos como participantes da organização, devendo-se, portanto, também considerá-los na análise organizacional; e, 4) colocar o processo organizado como foco fundamental da análise (Campos & Palma, 2017).

Assim, a reflexão aqui propiciada alicerçou-se nos principais conceitos advindos dos trabalhos destes autores, que embasam a Teoria Ator Rede: 1) social e coletivo; 2) simetria; 3) rede; 4) translação; 5) o pressuposto metodológico de seguir os atores. A TAR não assume, a priori, uma supremacia dos humanos em relação aos não-humanos. Os humanos não são nem mais nem menos importante no plano analítico. Deste modo, uma vez que não-humanos são parte participantes de várias vidas e que somente é possível falar de atores dentro de redes heterogêneas compostas por humanos e não-humanos, torna-se difícil estudar as relações sociais e técnicas sem considerá-los (Alcadipani & Tureta, 2009; Campos & Palma, 2017).

Para a TAR, social é o nome de um movimento, um deslocamento, uma transformação, uma translação, um registro. Integrando tipos de relações que não são sociais em si mesmas e trazendo os não-humanos ao centro do debate sociológico, postulando que os mesmos são dotados de agência e que, conseqüentemente, são atores de plenos direitos. Segundo Latour (2012), os não-humanos precisam ser atores e não meras projeções simbólicas. A continuidade de um curso de ação não assume, a princípio, uma supremacia dos humanos em relação aos não-humanos. Os humanos não são nem mais nem menos importante no plano analítico. Deste modo, somente é possível falar de atores dentro de redes heterogêneas compostas por humanos e não-humanos, tornando-se difícil analisar as relações sociais e técnicas sem considerá-los (Alcadipani & Tureta, 2009).

Esse princípio de análise baseia-se na ideia de simetria. Para eles, a ideia de simetria aplica-se ao verdadeiro e ao falso e esforça-se por reelaborar a construção da natureza e da sociedade. Segundo Alcadipani e Tureta (2009), a simetria é um dos mais importantes princípios da TAR. Refere-se à ideia de que a mesma explicação deve ser empregada para todos

os elementos que compõe uma rede heterogênea, sejam eles humanos ou não humanos, grupos sociais ou forças naturais, pois não é possível dissociá-los. “Ambos participam conjuntamente da rede heterogênea, não podendo ser separados em qualquer situação empírica. Desta forma, tanto os humanos quanto os não-humanos não existem sozinhos. Há diferentes híbridos em que seria difícil demarcar fronteiras (Alcadipani & Tureta, 2009)

Outro conceito importante é o de “ator”. Este não é a fonte de uma ação, mas o alvo móvel de uma enorme quantidade de entidades que convergem para ele. Segundo Latour, (2012), “empregar a palavra “ator” significa que jamais fica claro quem ou o que está atuando quando as pessoas atuam”. Complementam Alcadipani e Tureta (2009) que atores são entidades que agem, que formam redes, que provocam mudanças no conjunto de elementos e conceitos habitualmente utilizados para descrever as coisas. São redes compostas por elementos heterogêneos (pessoas, máquinas, textos, dinheiro, etc.) contingencialmente conectados.

As redes, por sua vez, significam uma série de transformações. São compostas por um conjunto de elementos heterogêneos que foram ligados uns aos outros por um período de tempo, não possuindo uma formação e uma composição fixa, estável e definida, podendo ser alteradas a qualquer momento. São duráveis não apenas por causa da ligação entre seus elementos e porque cada entidade constitui uma rede em si, de modo que qualquer mudança nas entidades de uma rede-de-atores gera transformações na própria rede (Alcadipani & Tureta, 2009).

A translação também é um conceito fundamental para a TAR. Segundo o entendimento de Latour (2001), translação “refere-se a todos os deslocamentos por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação”. Assim, de acordo com o autor, ao invés do contexto e conteúdo, a translação refere-se ao trabalho graças ao qual atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses (Latour, 2001).

Nessa mesma linha, Moraes (2004) esclarece que é fundamental distinguir translação de interação, uma vez que a primeira muitas vezes parece remeter a um tipo de relação linear que vincula humanos entre si. Assim, a translação envolve, simultaneamente, um desvio e uma articulação de elementos díspares e heterogêneos, uma vez que esta “refere-se à hibridização, mestiçagem, multiplicidade de conexões, sendo sustentada por uma ontologia definida por sua hibridização” (Moraes, 2004). O processo de translação é, desse modo, fundamental para a compreensão das redes de “actantes”, uma vez que é este movimento, a translação, que molda a lógica das redes: ao mesmo tempo em que algo se mantém, algo se modifica (Tureta & Alcadipani, 2009).

O primeiro momento, a problematização, ocorre quando emergem os desafios a serem enfrentados pelos atores bem como os elementos sociais e naturais do enredo tomam forma. Nesta etapa, são revelados os interesses e obstáculos que devem ser ultrapassados, bem como as alianças que devem ser construídas entre os grupos de atores. Em um segundo momento, denominado ‘interessamento’, um dos atores, por meio de um conjunto de ações, tenta impor seus interesses aos demais, cujas identidades tentam controlar por meio de estratégias de enfrentamento do problema. No recrutamento, terceiro momento, há uma busca por aliados e definição de papéis, marcada por um jogo de resultados incertos, uma vez que os dispositivos utilizados no interessamento não levam necessariamente à formação de alianças. (Campos & Palma, 2017).

O quarto momento do processo reside na mobilização e nas dissidências dos atores em situações que expõem publicamente os representantes dos grupos. Callon (1986) enfatiza que tais etapas não somente descrevem um processo que se dá através da combinação de elementos naturais e sociais, tratados de forma simétrica, uma vez que vai além, mostrando como um grupo de poucos elementos – ou um único elemento – obtém o direito de expressar e representar os muitos atores silenciosos que o mobilizaram. (Campos & Palma, 2017).

Como principal contribuição metodológica, destaca-se o fundamento de “seguir os atores”, não definindo-os a priori. Isso possibilita encontrar novas relações, atores e redes,

abrindo caminhos para novos estudos. Além disso, afastar-se do antropocentrismo, também é um passo importante a ser dado. A TAR possibilita tal afastamento, ao propor uma nova sociologia de associações, incluindo outros atores na análise, que foram excluídos pela sociologia do social, criticada por Latour.

A TAR é uma teoria muito rica no sentido de promover fundamentação teórica para discussão de dados empíricos, logo se faz necessário, apresentar alguns atores responsáveis pela simetria dessa rede de colaboração da agricultura familiar.

2.2 Agricultura familiar e as políticas públicas

A agricultura familiar passou a contar com um leque de políticas públicas específicas para preservação e expansão da renda tais como o crédito rural, assistência técnica seguro-safra e programas de compras governamentais do PAA e PNAE. Não obstante, alguns autores (Maluf, 2004; Schermer, 2015; Schwartzman et. al., 2017) alertam que ao mesmo tempo em que a importância econômica da atividade agropecuária avança, aumentam os riscos quanto a sustentabilidade do modelo de agricultura adotado. Afirmam ainda que em contraposição a esta realidade, os sistemas orgânicos e de base agroecológica contribuem positivamente para o equacionamento da agenda ambiental global (produção e conservação), para o alívio à pobreza e para a garantia da segurança alimentar (ONU, 2019).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Para o alcance de todos os objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional. Seu orçamento é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (MDS, 2012,2013).

O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi ainda regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. É operacionalizado por estados, Distrito Federal e municípios e, ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Para execução do Programa, a Conab firma Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA (MDS, 2012,2013).

Por sua intersectorialidade e abrangência, o PAA é um Programa que conta com ampla participação da sociedade civil. Era instância de controle do PAA o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), porém no início da gestão do governo de Jair Bolsonaro, em 2019, foi extinto (Zocchio, 2019). Logo, na hipótese de inexistência desse, os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável ou os Conselhos de Assistência Social poderão ser responsáveis pelo acompanhamento da execução do PAA (MDS, 2012,2013).

Enquanto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entendem-se que estimula a geração de renda e melhora o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. São seus beneficiários os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de

produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa. (BACEN, 2019)

Essas foram algumas políticas públicas das quais se subentende que são essenciais para manter os pequenos produtores no campo. No próximo tópico será apresentado procedimentos metodológicos para coleta de dados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de um caso intrínseco (Stake, 2000), orientado para a singularidade, pois buscou, a partir daquilo que emergiu da prática, compreender situações, responder questões e resolver um quebra-cabeça (Merriam, 2002). Conforme proposto por Yin (2001), houve variedade de evidências, documentos, entrevistas e observações. Em seu caráter descritivo (Godoy, 2010; Stake, 2000), esta investigação buscou detalhar o relato sobre um fenômeno a fim de ilustrar sua complexidade considerando os diversos atores envolvidos.

As entrevistas ocorreram entre abril e maio de 2019. Foram entrevistados 4 cooperados na Cooperativa de Produtos e Serviços Agrícolas de Agricultores Familiares do Estado de Rondônia (COPAFARO), 1 produtora filiada a uma associação no setor chacareiro, 2 técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER – RO), 1 representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGRIC) e 1 profissional do setor administrativo da equipe da Divisão de Alimentação Escolar (DIALE), alocada na Secretaria de Educação do Município de Porto Velho (SEMED). Ao todo foram 9 entrevistas não estruturadas que permitiram aprofundar aquilo identificado em documentos e observações.

Efetuiu-se análise de documentos internos fornecidos pelos entrevistados. Os documentos serviram para a familiarização com o fenômeno de modo a identificar e acompanhar as principais transações em seus deslocamentos e composições. Houve complementação das informações por meio de dados secundários provenientes da página eletrônica da prefeitura do município; documentos externos como informações prestadas pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE); página eletrônica da EMATER-RO; página eletrônica do IBGE; página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); e por fim, as leis federais 8.666/93, 10.696/03, 11.947/09, 12.512/11 e decreto 7.775/12.

As observações foram na modalidade observador como participante, pois o propósito era conhecido, e a identidade de pesquisador era clara para todos os envolvidos (Saunders, Lewis & Thornhill 2012). Foram feitas observações em 3 momentos: no atendimento e desenvolvimento das atividades diárias dos funcionários e cooperados da COPAFARO; na propriedade rural da produtora filiada a uma associação no setor chacareiro; no atendimento e desenvolvimento das atividades diárias dos funcionários da EMATER. Essas observações tiveram em média duração de 1 hora.

A análise dos dados ocorreu por meio da identificação e acompanhamento das transações ocorridas (Callon, 1986) no processo de instrumentação das políticas públicas investigadas. Para isso, os documentos, anotações das observações de campo e entrevistas foram organizados em quatro divisões de acordo com as transações: problematização, interessamento, recrutamento e mobilização dos programas voltados para agricultura familiar no município de Porto Velho. Por fim, foi realizada uma triangulação que permitiu identificar como as participações, as relações e interações dos atores se deram no processo de instrumentação de tais políticas públicas no município.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os limites nas relações com os atores podem ser considerados o principal desafio a ser vencido para compreender a construção da rede de colaboração na agricultura familiar. Para Latour (1997), “os atores sabem o que fazem e nós temos que aprender com eles não apenas o que eles fazem, mas também, como e por que fazem determinadas coisas” para assim reprogramar a rede que fazem parte e buscar novas formas de integração os actantes. A rede de colaboração da agricultura familiar compreende os agricultores familiares; cooperativas, políticas públicas, instituições públicas, sendo, neste caso, analisadas as municipais e federais; entidades filantrópicas; escolas municipais; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e consumidores de produtos agroecológicos.

Inicialmente, a rede foi construída em torno de três pilares: ideologia, mercado e setor público. A ideologia compreende a organização dos agricultores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Brasil, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). O setor público é representado pelas secretarias municipais SEMED, SEMAGRIC juntamente com as escolas municipais, pela CONAB e EMATER. O mercado compreende o SEBRAE e os consumidores de produtos agroecológicos. Estes atores juntaram-se por meio das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

As políticas públicas para a agricultura familiar, são consideradas o ator-rede congregando uma associação que mobiliza diversas organizações envolvidas com preservação expansão de renda do pequeno produtor assim como instituições comprometidas com a diminuição da pobreza e garantia da segurança alimentar, como por exemplo, EMATER, CONAB e SEMED, SEMAGRIC e CONTAG, que modificam, deslocam e transladam interesses. Considerando isso, num primeiro momento de translação identificado, surgiu a problemática que reuniu os atores conforme as declarações do entrevistado:

A maior concentração de produtores de Porto Velho tá dentro da área da agricultura familiar [...] O PNAE nosso aqui nasceu do Programa Fome Zero, o primeiro Programa Fome Zero no Brasil, foi feito aqui em Rondônia por nós. Então o primeiro PAA, muito bem feito, nós fomos para Brasília representar Rondônia, mostrar para o presidente Lula o programa do PAA que deu certo em Rondônia e aí deslanchou para o Brasil todo... Isso surgiu depois do PAA que era bem dinâmico, ele passou a ter o Sabor do Campo, via SEMED, ... adequando o PAA à alimentação escolar das escolas municipais. [...] Já Com briga muito do Sindicato dos trabalhadores Rurais do Brasil, lá em Brasília através da CONTAG e dos sindicatos, nós conseguimos os 30% do recurso do PNAE para compra da agricultura familiar (Entrevistado A).

Esse trecho da entrevista mostra a relação do PAA com o PNAE. O PAA foi o que abriu a possibilidade ou acumulou a experiência para incluir a produção do agricultor rural na merenda escolar. Segundo Schwartzman et. al. (2017), antes da publicação da Medida Provisória no 544 e da Lei no 11.947, existiam algumas experiências isoladas e pontuais de compras diretas para o PNAE em alguns municípios, mas que só eram possíveis graças aos esforços de gestores interessados na questão do desenvolvimento local. Foi somente com a instituição da modalidade de compras denominada chamada pública, a partir da publicação da Lei no 11.947, que as compras locais se tornaram realmente possíveis. Com a lei 11.947 a problemática evoluiu para um segundo momento, o interessamento.

A SEMED passou a habilitar as propostas que continham todos os documentos exigidos no edital e preços de venda dos produtos compatíveis com o mercado. Depois realiza, no mínimo, três pesquisas no mercado local ou regional. Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha como fazer pesquisa de preço, é possível o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais. O comprador, no

caso a escola, e o fornecedor assinam o contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as demais cláusulas de compra e venda. O início da entrega dos produtos deve atender ao cronograma previsto e os pagamentos são realizados diretamente aos agricultores ou suas organizações. (SEMED, 2019; MDS, 2012,2013).

Os fornecedores podem participar do PAA e/ou PNAE individualmente ou por meio de suas cooperativas ou outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado. Para participar dos Programas individualmente, os fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar. Já as organizações de agricultores, devem deter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Especial Pessoa Jurídica (SEMED; 2019, MDS, 2012,2013).

Para entrar nos programas, os produtores também precisam de um projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar obtida junto a EMATER-RO. Os técnicos da EMATER visitam as propriedades semanalmente, tentando conciliar a demanda de produtos procurados pela SEMED e SEAGRI com a produção da agricultura familiar, com isso é feito um planejamento sazonal para atender cada programa. A EMATER em Porto Velho é composta por 10 técnicos, sendo 7 técnicos atuando diretamente no suporte das pequenas propriedades. Somente pelo PAA, até maio de 2019, atendiam 115 famílias (EMATER-RO, 2019b).

Cabe também a EMATER, a capacitação dos produtores, fornecendo treinamentos de boas práticas na manipulação e comercialização de alimentos, assim como no manejo de sua produção. Para isso possuem um programa voltado ações práticas de agroecologia, que atende a diversos sistemas das unidades de produção familiar, se voltando para a área vegetal com maior destaque para a produção de hortaliças e sistemas agroflorestais com base no café. Entretanto, sua aplicação tem sido encontrada na pecuária de gado, aves e lavoura branca. A agroecologia fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização, valorizando a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, além de incentivar hábitos alimentares saudáveis e estimular o associativismo (EMATER-RO, 2019a). Conforme observado na fala de um dos entrevistados na instituição:

[...] A EMATER incentiva e orienta muitos produtores quanto a embalagem, porque essa produção que vai ser entregue nas escolas, vai ser entregue para as famílias carentes, são pessoas né, que vão tá alimentando, então o produto tem que ser de boa qualidade, o produto não pode ter agrotóxico, é uma coisa que tem que ser orgânico de verdade, porque são alunos que vão usar [...] Esse mês passado a EMATER fez até uma capacitação... vou até te mostrar... nós fizemos uma cartilha de boas práticas, fabricação e manipulação de alimentos para os produtores feirantes (Entrevistada E).

Na observação feita na EMATER verificou-se como o produtor entra no PNAE. Primeiro o produtor faz uma visita para adquirir sua Declaração de aptidão do PRONAF (DAP), depois o técnico vai até sua propriedade inspecionar questões estruturais para o plantio e verificar se a família possui os requisitos para receber a DAP. Com a DAP em mãos, o agricultor senta com o técnico para preencher o projeto de venda de gêneros alimentícios. O técnico tem acesso aos cardápios que as nutricionistas emitem e ele possui uma noção de quais produtos ele pode recomendar para que o agricultor consiga plantar e atender a próxima alteração do cardápio. A princípio quando o produtor está iniciando, são recomendados condimentos e hortaliças. Depois de preencher os produtos que o agricultor pode atender, consulta-se a tabela de preços emitida pela SEMAGRIC, para calcular o valor que pode vender. O máximo permitido para o programa é 20 mil Reais, mas geralmente o produtor individual, não atinge esse valor. Com o projeto pronto, ele é encaminhado para a SEMED para se qualificar para a próxima chamada pública.

Conforme modelo do termo de compromisso do agricultor, cedido pela EMATER, podem fornecer produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Os alimentos adquiridos pelo PAA serão destinados a ações de promoção de segurança alimentar e nutricional ou à formação de estoques. Logo podem ser doados a pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), por DAP por ano civil. E a definição dos produtos, volumes e preços dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares serão pactuados com a coordenação local do Programa.

Todas essas ações da SEMED e da EMATER, caracterizam o recrutamento dos agentes, constituindo o terceiro momento dessa rede de colaboração. Essas duas instituições são os actantes que modificam a realidade dos outros atores atuando na execução e manutenção das políticas públicas. O quarto momento, que seria a mobilização dos atores é observado nos próximos fragmentos das entrevistas:

No início tudo é muito difícil né quando a gente começou aí muito tempo atrás era bem pequenininho a nossa estrutura nois entregava numa moto numa carretinha e a gente se programava para fazer a entrega em dois dias e a nossa propriedade da 80 km da cidade então tinha uma grande dificuldade e todos os produtores vinha a até a cidade para trazer os produtos deles, entendeu? Então com a dificuldade que a gente tinha para poder todo mundo se locomover a gente primeiro teve uma associação no Joana D'arc aonde criamos ali uma comissão que vinha fazer esse trabalho, não precisava todos os produtores vir [...] E aí depois a gente pegou e achou melhor criar uma cooperativa aí nois só foi crescendo e dentro da cooperativa a gente tem várias comissão para poder fazer a entrega a parte da logística E hoje nós estamos muito melhor fazer entrega nós temos pessoas diretamente né trabalhando, os outros na parte da entrega a parte da logística [...] E hoje nós estamos muito melhor nois estamos hoje com caminhão baú, nois temos um carro pequeno para fazer entrega, 11 pessoas diretamente né trabalhando [...] Começamos com 15 cooperados né, hoje está aproximadamente 22 com DAP nois temos o total de 50 cooperado 20 com DAP, nois temos mais 15 que tão agora aderindo junto, então vamos agregar quase 70 pessoas [...] Mas nois somos também associado na UNICAFES de Ji-Paraná e aí a gente sempre faz curso, já tivemos em Foz do Iguaçu, me lembro que eu passei em Foz do Iguaçu, eles tem uma experiência muito muito, são os pioneiros de Rondônia (Entrevistado B).

O aspecto importante ressaltado pelo entrevistado foi a UNICAFES (União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária). Essa organização entende que as cooperativas solidárias se configuram como um instrumento importante para se alterar o ambiente social e econômico de todas as regiões do Brasil (Zanco et al, 2018). Conforme Mance (2002) esse modo de organizar e praticar o cooperativismo fortalece o desenvolvimento sustentável e solidário, articulando iniciativas econômicas que ampliam as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos e melhoria de qualidade de vida. Suas diretrizes são bases orientadoras para ações dos diversos ramos cooperativos, e, são inseridas nas estratégias de ação das cooperativas associadas e das centrais, fundamentando a relação entre os ramos cooperativos e as diretrizes defendidas pelo Cooperativismo Solidário (UNICAFES, 2017; Zanco et al, 2018). Embora o recorte desse estudo abranja somente o município de Porto Velho, se verifica a quão extensa é a rede de colaboração da agricultura familiar.

Outro exemplo de mobilização foi observado dentro da cooperativa, onde os produtores se reúnem diariamente. Primeiramente os funcionários do setor administrativo chegam, lançam as notas dos produtos que vão ser entregues, cadastram novos produtos (até o dia da entrevista eram 108), depois passam a lista das escolas que solicitaram produtos para os cooperados da

comissão de entrega. No decorrer da manhã em que a observação foi feita os funcionários recebem os cooperados atendendo dúvidas de documentação, principalmente referente a DAP. Há alguns que já possuem, porém outros não, mas é explicado a eles que podem participar do PNAE utilizando a DAP da cooperativa. Vale ressaltar que a COOPAFARO foi criada para atender o PNAE, grande parte da produção dos cooperados é destinada ao programa. Embora ocorra exceções, pois foi entrevistado um produtor rural que possui uma agroindústria de poupa de frutas e emprega 10 pessoas em sua propriedade. Além de atender as políticas públicas voltadas para a alimentação, já consegue produzir excedente para ser vendido no comércio local.

[...] Eu não tinha documento ainda necessário para poder participar da venda direta da merenda escolar, né, eu tinha a documentação da poupa, mas não era as exigências, que não atendia as exigências da SEMED [...] Então nós vendia mais era banana, melancia, frutas e verduras [...] Hoje eu atendo mais mercado, nós vendemos pra SEMED, pra SEDUC e nós vendemos também para outro mercado aqui da região, padarias, lanchonetes, né, e nós vendemos, fornecemos também banana. Hoje nós também tamo mais estruturado, tem a cooperativa que dá o apoio pra gente também (Entrevistado F).

A cooperativa na busca pela expansão trabalha em parceria com o SEBRAE, incentivando seus cooperados a se capacitarem e a buscar outras alternativas além dos programas. Isto é um exemplo de que as redes, como estados parciais de ordem, podem ser visualizadas como estruturas abertas a um constante fluxo de externalidades aonde ocorre uma permanente reconfiguração a partir da negociação dos atores (Callon, 1986). As redes de atores colocam conjuntamente porções e peças do social, do técnico, do conceitual e do textual traduzindo-as em materialidades heterogêneas que moldam umas às outras para produzir ordenações uma vez que as “conexões transformam recursos esparsos numa teia que parece se estender por toda parte” (Latour, 2001). Elas se processam naquilo que pode ser amarrado, no caso, a busca por capacitação. E isso torna forte a capacidade da rede de gerar associações, numa cadeia em que as configurações são praticamente realizadas pelos atores que ao transladar seus interesses alistam outros atores.

A realidade dos produtores assentados em zona de litígio é diferente em relação à realidade dos cooperados:

Aqui no setor chacareiro quando eu cheguei para cá eu fui sentada nessa pequena área aqui por uma presidente de Associação [...] Ela Sentou aqui na época eu não entendia que ser sentada assim na terra qui não era do INCRA que essa aqui dizem que era do [...] mas ele não pagou uma determinada taxa no INCRA teve terra pedaços aqui que ele não tinha documento [...] a outra parte dele que é 800 hectares, 400 e pouco é hipotecada no banco. Uma terra já saiu o título. Já saiu a última martelada do juiz, o agricultor ganhou. Agora é essa que é o lote 2 essa aqui onde eu moro, é um diz que ainda tá em Brasília, tá pra se resolver e por causa disso a CERON na época que hoje ela é Eletrobrás nunca entrou porque diz que a terra tando em litígio não pode ter, ninguém pode ficar no claro é isso quer dizer né. Não fizeram, aí a gente fez essa rede ela é particular cada um comprou transformador, entendeu? Pagamos caro por essa rede a aí hoje tamo tendo [...] Mas já ta tendo levantamento aqui para dentro, to vendo pessoal da empresa terceirizada fazendo levantamento para regularizar [...] Porque é bom ser regularzinho, você mora bem aqui e você não tem um comprovante de residência, o comprovante de residência que eu tenho aqui é o CAR, licenciamento ambiental, que nem todo mundo quer aceitar [...] eu quero ter meu comprovante de residência provar onde eu moro é bom para mim (Entrevistada C).

Nessa parte da entrevista, a produtora rural, ressalta que a falta de comprovante de residência inviabiliza a aquisição de empréstimos para investir na propriedade. Neste caso as políticas públicas precisam desempenhar um papel como alinhamento ator para apoiar o

processo de incorporação institucional ajudando na construção ou modificação de redes de agricultores, para estimular as iniciativas "de baixo para cima" (Oerlemans & Assouline, 2004).

Eu entrei no PNAE através do programa da EMATER que eu tenho os técnicos que que me acompanha muitos anos a 10 anos atrás que eu vim ter técnico da família sabe porque não tinha e entregar em mercadinho aqui no Santana que era um pouco a gente contar vocês no mercadinho aí daí eu conheci a (nutricionista da SEMED) na reunião né. Falei com ela, e a escola que me deu foi a Padre Giovanni [...] continuei, e ela me deu três escolas na época. Mas aí eu adoeci com esse problema de câncer de mama parei tudo fiquei só com uma porque meu marido passava lá deixa ela minha frutinha. E aí eu fiquei boa retornei à escola e peguei mais uma. [...] O PNAE me ajudou muito, entendeu? Eu adquiri irrigação para horta para trabalhar, entendeu? Quando eu adoeci, eu achei que eu ia morrer, vendi trator, um bocado de coisa de trabalhar na horta, a bicicleta cargueira que era para entregar aqui perto né a gente vendeu. Mas aí eu fiquei boa e com vontade trabalhar [...] que eu tô de boa então é assim eu retornei pro trabalho ano passado já diz setembro para dezembro, né. Não deu assim que eu ganhar só deu para entrar no meu trabalho e ganhei pouco porque a terra é o centro do que tu ganha, né (Entrevistada C).

Mais uma vez, fica em evidência a dependência das políticas públicas, a produtora possui o PNAE como única fonte de renda. E essa renda foi muito afetada no período em que estava doente. Percebe-se que a rede de atores é o poder das práticas implícitas no discurso dos domínios da vida cotidiana usado para articular o jogo social. As práticas discursivas articulam diferentes vozes para constituir uma materialidade estratégica e o reconhecimento desse discurso revela como as ordenações se formam (Foucault, 1995). Elas se processam em circuitos discursivos para produzir regularidades de associação entre múltiplos atores tornando-se centros temporários e situacionais de ordem. Conforme relato da agricultora, no setor chacareiro, os moradores colaboram entre si, se reunindo por meio de associações e em muitas vezes praticam a política da boa vizinhança:

Na época tinha carro, ajudei muita gente que não tinha. [...] tem um amigo aí que tinha um abacaxi lá na época e ele ia fechar um programa, mas não tinha dinheiro para o frete [...] fui buscar o abacaxi dele. É sem contar que quando eu ia levar um saco de macaxeira de uma colega. Eu sempre fiz isso aí, tem que ser né minha filha, porque a gente não ajudar como é que quer ser ajudado eu não tenho muitas coisas isso é tudo, é como que é como que é a cooperação entre um e outro (Entrevistada C).

A abordagem do ator-rede possibilita vislumbrar a execução de políticas públicas pelo processo dinâmico que lhes constitui por meio da co-ocorrência de situações em uma ordem que é sempre contextual. Um pressuposto pertinente para a gestão pública que deve operar num contexto múltiplo e mais complexo de forças na articulação de atores de âmbito governamental e não governamental e no seu comprometimento com metas coletivas. A formação de políticas públicas baseadas na descentralização e na participação social exige padrões de flexibilidade que sejam facilitadores de novas relações sociais e políticas de maneira a renovar a capacidade de governança pela pluralização da sociedade não apenas pelo seu controle sobre a ação pública, mas também pela sua própria ação estratégica e decisória dentro do espaço público. Como salienta Dowbor (2003), é um novo equilíbrio de 'quem faz o que' reformulando as bases de regulação social onde o Estado passa a funcionar de forma diferente e precisa ser repensado, principalmente a partir das relações de poder. Porém há uma preocupação desse sistema ser extinguido, conforme fala de um dos entrevistados:

Eu me recordo que quando era jovem, nos manter na propriedade somente com o dinheiro arrecadado e ganhar do próprio sítio era muito difícil muito difícil, é nós plantávamos para subsistência também nessa época, mas sempre tínhamos que sair para fora para trabalhar, porque infelizmente o produto que você plantava, você não

vendia, se vendia, você tinha que vender super barato. Não pagava nem os custos, não pagava a adubação que naquela época era pouco, mas fazíamos também, né. então era tudo rudimentar, né, irrigação impensável você não podia, porque era tudo caro, você não tinha investimento do governo em nada, o governo não te apoiava [...] O governo, já parou tudo, né, os projetos que estavam em andamento, eles foram pausados, eu acredito que o FNO que vinha para ajudar o produtor, o PRONAF, né, eles estão parados parados, só tem custeio, agora mesmo, essa notícia eu já verifiquei. Só tem custeio e assim eu acho assim se se houver realmente essa esse movimento e acabarem o investimento da agricultura familiar [...] Quem sabe, será que vai haver novamente o êxodo rural? Novamente? O homem do campo vai vir para a cidade? Aí vai super popular a metrópole e deixar o campo jogado ao léu, virar pasto, ou ou o grande latifundiário vai plantar soja, né, e aí, a agricultura básica que é o que alimenta, a melancia, a verdura, a banana, que vários produtores trazem pouquinho a pouco garantindo a subsistência de sua família, vai deixar de existir? (Entrevistado D)

Vale ressaltar, que o valor referente ao PAA do ano vigente foi depositado no mês de junho, ainda não tinha sido repassado. É certo que durante uma transição de governos ocorra alguns ajustes, e atrasos devem ser compreendidos. Mas mediante a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o qual era a instância de controle do PAA, essa política se vê ameaçada.

É certo que há uma rede extensa envolvendo diferentes atores na construção da colaboração da agricultura familiar, por isso se deve atuar com os devidos cuidados nas políticas públicas, que são agentes de simetria. Ao se desestruturar um programa, pode haver rompimentos nessa rede, além de prejudicar a sustentabilidade a nível social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico e político, coloca-se a população em vulnerabilidade alimentar. Os fatos apresentados mostram uma realidade, em que a agricultura familiar é dependente das políticas públicas, das quais geram simetria à rede. E são essas políticas públicas, também consideradas atores, que juntamente com a SEMED, SEAGRI e a EMATER norteiam a rede de colaboração da agricultura familiar. Vale ressaltar que políticas como o PAA e PNAE, educam a população, ensinando o valor da comida orgânica de procedência dos produtores rurais tradicionais. É claro, que uma mudança comportamental da sociedade em relação a hábitos alimentares leva alguns anos. Porém deve-se frisar a importância dos incentivos aos pequenos produtores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante realizar novos estudos direcionados as políticas públicas que incentivam a produção agrícola familiar. A sociedade deve ter consciência do peso dessa produção, pois 80% de sua alimentação depende do pequeno agricultor. E que qualquer desestruturação nesses programas poderá causar efeitos irreversíveis. Tendo como objetivo compreender a rede de colaboração da agricultura familiar por meio da TAR, este estudo chegou à conclusão que a rede foi construída em torno de três pilares: ideologia, mercado e setor público. Identificou-se os atores rede, os agentes de simetria, como sendo as políticas públicas PAA, PNAE e PRONAF. O pilar da ideologia compreende a organização dos agricultores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Brasil, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). O pilar do setor público é representado pelas secretarias municipais SEMED, SEMAGRIC juntamente com as escolas municipais, pela CONAB e EMATER. O mercado compreende o SEBRAE e os consumidores de produtos agroecológicos.

A teoria do ator-rede propiciou analisar a execução das políticas voltadas aos agricultores familiares, a partir das ações e das relações dos atores oriundos e atuantes em diferentes escalas de interesse. A ação foi assim inscrita pela translação desses atores que em suas associações geraram estratégias para produzir uma ordem sempre parcialmente

estabilizada na contínua construção da rede. A presente teoria facilitou acompanhar essa trajetória da produção de fatos por entre conteúdos e contextos (Latour, 2001) das redes de atores e pode se constituir num recurso para análise da formação e gestão de políticas pública dentro de um caráter múltiplo de ordenação.

Falta, no entanto, trazer ainda mais próximo os sujeitos, pois quando se pensa na continuação da trajetória da rede verifica-se que essa possui vários ramos com suas particularidades. Embora os programas possuem pontos em comum e se entrelaçam em alguns momentos seria interessante analisar as redes formadas por cada programa em específico. Se este estudo se repetir numa esfera estadual, abrangendo secretarias e escolas estaduais do mesmo município, já se teria outros resultados, pois a organização dos atores é diferente. Portanto é interessante ampliar esta pesquisa para outras regiões levando em consideração a administração municipal e estadual.

Referências

- Arendt, R. J. J. (2008). Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da teoria do ator-rede. *Revista Psicologia & Sociedade*, 20.
- Alcadipani, R., & Tureta, C. (2009). Teoria ator-rede e análise organizacional; contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. *Organizações & Sociedade*, 16(51).
- Banco Central do Brasil [BACEN]. (2019). *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF*. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2FPRONAF.asp.
- Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. *The Sociological Review*, 32(S1), 196-233.
- Campos, S. A. P., & Palma, L. C. (2017). Contribuições da teoria Ator-Rede para o estudo da sustentabilidade. *RMS-Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 7(1), 47-67.
- Castro, A. T. (1996). *A política pública no setor agrícola em Rondônia: proposta de reformulação face ao fenômeno migratório*. Dissertação de mestrado, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Cavalcanti, M. F. R., & Alcadipani, R. (2013). Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: a contribuição de John Law para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPÉ. BR*, 11(4), 556-568.
- Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012 (2012). Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília. 2012. Recuperado em 27 de abril, 2019 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm.
- Dowbor, L. (2003). *A reprodução social. v. III - descentralização e participação: as novas tendências*. Petrópolis: Vozes.

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia [EMATER-RO]. (2019a). *Desenvolvimento social*. Recuperado de <http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/desenvolvimento-social/>.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia [EMATER-RO]. (2019b). Entrevista 2 [mai. 2019]. Entrevistador: Eliane Alves da Silva. 1 arquivo .mp3 (40 min.).
- Food and Agriculture Organization [FAO]. (2011). *The State of the World's Land and Water Resources for Food and Agriculture (SOLAW) – Managing systems at risk*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations; London: Earthscan.
- Foucault, M. (1995). *A arqueologia do saber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Godoy, A. S. (2010). *O estudo de caso qualitativo*. In: Godoi, C. K., Bandeira-de-Mello, R., Silva, & A. B. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva.
- International Fund for Agricultural Development [IFAD]. (2013). *Smallholders, food security and the environment*. United Nations Environment Program.
- Latour, B., & Woolgar, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Filosofia e política. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração - EDUSC.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba.
- Law, J. (1992). Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. *Systems Practice*, 5(4), 379-393.
- Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993* (1993). Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília. 1993. Recuperado em 16 abril, 2019 de planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm.
- Lei Federal nº 10.696 de 02 de julho de 2003* (2003). Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília. 2003. Recuperado em 27 de abril, 2019 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm.
- Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006* (2006). Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília. 2006. Recuperado em 16 abril, 2019 de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-actualizada-pl.html>.

Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009 (2009). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília. 2009. Recuperado em 26 de abril, 2019 de [85 planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://85.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm).

Lei Federal nº 12.512 de 14 de outubro de 2011 (2011). Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, de 24 de julho de 2006. Brasília. 2006. Recuperado em 26 de abril, 2019 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm.

Lélé, S. M. (1991). Sustainable development: a critical review. *World development*, 19(6), 607-621.

Ministério do Desenvolvimento Social [MDS]. (2012). *Cartilha Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar*, Brasília. Recuperado de http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf.

Ministério do Desenvolvimento Social [MDS]. (2013). *PAA 10 anos de Aquisição de alimentos*, Brasília. Recuperado de <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/paa-10-anos-de-aquisicao-de-alimentos/>.

Maluf, R. S. J. (2004). Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 25(1), 299-322.

Merriam, S. B. (2002). Introduction to qualitative research. *Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis*.

Moraes, M. (2004). A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, 11(2), 321-323.

Oerlemans, N. & Assouline, G. (2004). Enhancing farmers' networking strategies for sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, 12, 469-478.

Peci, A., & Alcadipani, R. (2006). Demarcação científica: uma reflexão crítica. *Organizações & Sociedade*, 13(36), 145-161.

Sachs, I. (1992). Qual desenvolvimento para o século XXI? In M. Barrère & E. D. S. Abreu (Eds.), *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel.

Saunders, M., Lewis, P. & Thornhill, A. (2012). *Research Methods for Business Students*. (6a. ed.) Essex, England: Pearson.

- Schermer, M. (2015). From “Food from Nowhere” to “Food from Here:” changing producer–consumer relations in Austria. *Agriculture and Human Values*, 32, 121–132.
- Schwartzman, F., Mora, C. A. R., Bogus, C. M. & Villar, B. S. (2017). Antecedentes e Elementos de Vinculação do Programa de Alimentação Escolar do Brasil com a Agricultura Familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(12).
- Secretaria Municipal de Educação [SEMED]. (2019). Entrevista 1 [mai. 2019]. Entrevistador: Eliane Alves da Silva. 1 arquivo .mp3 (60 min.).
- Stake, R. E. (2000). *Case Studies. In: Denzin, N. K. L., Y. S (Ed.). Handbook of Qualitative Research*. (2 nd. Ed.). London: Sage Publications.
- Tonelli, D. F. (2016). Epistemological origins and affiliations of the Actor-Network Theory: implications for organizational analysis. *Cadernos EBAPE. BR*, 14(2), 377-390.
- União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária [UNICAFES]. (2017). *Documento Base V Congresso*, Brasília. Recuperado de <http://unicafes.org.br>.
- United Nations [ONU]. (2019). *17 Goals to Transform Our World*. Recuperado de un.org/sustainabledevelopment.
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (2nd. Ed.). Porto Alegre: Bookman, 2001.
- Zanco, A. M., Corbari, F. & Alves, A. F. (2018). Conexão entre as teorias de redes e as redes solidárias. *Revista GeoPantanal*, (24), 233-250.
- Zocchio, G. (2019). *MPF diz que extinção do CONSEA é inconstitucional e pede ação no Supremo*. Recuperado de <https://outraspalavras.net/ojoioeotrigo/2019/02/mpf-diz-que-extincao-do-consea-e-inconstitucional-e-pede-acao-no-supremo/>.